



Grant Thornton

Instituto de Responsabilidade Social Sírio  
Libanês Unidade Hospital Geral do Grajaú

Demonstrações contábeis acompanhadas do  
Relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2016

## Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016	12



# Relatório do auditor independente

Grant Thornton  
Auditoria e Consultoria Ltda.  
Av. Engenheiro Luis Carlos Bemini, 105  
12º andar | Edifício Bemini One | Vila Olímpia  
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)  
T +55 11 3886.5100

Aos Conselheiros e Diretores  
Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês  
Unidade Hospital Geral do Grajaú

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês – Unidade Hospital Geral do Grajaú (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês – Unidade Hospital Geral do Grajaú em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme discutido na Nota Explicativa nº 1.1, chamamos a atenção para o fato de que o Instituto incorreu em um déficit de R\$6.644.827 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (déficit de R\$715.032 em 2015), e que, naquela data, apresentava patrimônio líquido negativo de R\$27.489.419 (R\$20.844.592 em 2015) e passivo circulante excedente ao ativo circulante de R\$20.093.380 (R\$15.174.934 em 2015), o que indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Desta forma, o Instituto possui dependência significativa da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo para custeio do citado patrimônio líquido negativo e manutenção de suas atividades. Nossa opinião não está ressalvada em relação à esse assunto.

**Partes relacionadas**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14, em 31 de dezembro de 2016 o Instituto apresenta saldo a pagar à partes relacionadas no montante de R\$4.589.993 (R\$152.990 em 2015), o que pode ser questionado pelo Governo do Estado de São Paulo. Nossa opinião não está ressalvada em relação à esse assunto.

**Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.


- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

#### **Outros assuntos – auditoria do exercício anterior**

As demonstrações contábeis do Instituto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cujos saldos estão apresentados para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 4 de março de 2016, continha parágrafo ênfase quanto ao assunto discutido na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”. A demonstração do resultado referente ao citado exercício está sendo reapresentada em função do assunto discutido na Nota Explicativa nº 4.

São Paulo, 3 de abril de 2017.



Octavio Zampirolo Neto  
CT CRC 1SP-289.095/O-3

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.  
CRC 2SP-034.766/O-0

**INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS**  
**Unidade Hospital Geral do Grajaú**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

(Valores expressos em reais - R\$)

**ATIVO**

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Recursos disponíveis de projetos - contratos de gestão e convênios	5	518.484	25.550
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	11.693.850	11.137.000
Estoques	7	1.403.782	1.097.527
Creditos diversos	8	330.380	248.027
Partes relacionadas	14	358	358
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>13.946.854</u>	<u>12.508.462</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depositos judiciais	9	811.061	616.087
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>811.061</u>	<u>616.087</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>14.757.915</u>	<u>13.124.549</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS Unidade Hospital Geral do Grajaú

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	10	13.230.332	14.631.286
Obrigações trabalhistas	11	12.886.652	12.533.194
Obrigações tributárias	12	998.023	292.748
Contratos de gestão e convênios	13	497.974	26.317
Partes relacionadas	14	4.589.993	152.990
Outras contas a pagar	-	1.837.260	46.861
<b>Total do passivo circulante</b>		34.040.234	27.683.396
<b>Passivo não circulante</b>			
Provisão para demandas judiciais	15	6.313.216	6.285.745
Obrigações tributárias	12	1.893.884	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		8.207.100	6.285.745
<b>Patrimônio líquido</b>	16		
Déficit acumulado		(20.844.592)	(20.129.560)
Déficit do exercício		(6.644.827)	(715.032)
<b>Total do patrimônio líquido negativo</b>		(27.489.419)	(20.844.592)
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido negativo</b>		14.757.915	13.124.549

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS Unidade Hospital Geral do Grajaú

## Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015 (Reapresentado)</u>
<b>Receitas operacionais</b>			
Recursos dos contratos de gestão - estadual	17	134.200.850	137.223.850
Receitas de residências médicas	-	779.251	853.855
Receitas de locações de espaços	-	143.665	81.403
Subvenções compra equipamentos hospitalares	-	-	683.986
Receitas com pesquisa clínica	-	58.330	-
Repasse sem restrição Matríz	18	266.890	-
Receitas com doações de materiais	19	534.270	347.015
		135.983.256	139.190.109
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	20	(130.632.406)	(132.542.738)
<b>Superávit bruto</b>		5.350.850	6.647.371
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Utilidade pública	21	(3.102.457)	(2.883.556)
Serviços profissionais	22	(4.110.766)	(4.190.330)
Demandas judiciais	15	(332.763)	559.828
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(3.685.122)	(837.017)
<b>Déficit operacional antes do resultado financeiro</b>		(5.880.258)	(703.704)
Despesas financeiras	24	(1.313.274)	(189.858)
Receitas financeiras	25	548.705	178.530
		(764.569)	(11.328)
<b>Déficit do exercício</b>		(6.644.827)	(715.032)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SIRIO LIBANES**  
**Unidade Hospital Geral do Grajaú**

**Demonstrações dos resultados abrangentes**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Défict do exercício	(6.644.827)	(715.032)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u>(6.644.827)</u>	<u>(715.032)</u>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS**  
**Unidade Hospital Geral do Grajaú**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

(Valores expressos em reais - R\$)

<u>Notas</u>	<u>Déficit acumulado</u>	<u>Superávit (Déficit) do exercício</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	(22.984.862)	2.855.302	(20.129.560)
Incorporação do superávit do ano anterior ao déficit acumulado	2.855.302	(2.855.302)	-
Déficit do exercício	-	(715.032)	(715.032)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	(20.129.560)	(715.032)	(20.844.592)
Incorporação do déficit do ano anterior ao déficit acumulado	(715.032)	715.032	-
Déficit do exercício	-	(6.644.827)	(6.644.827)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>(20.844.592)</u>	<u>(6.644.827)</u>	<u>(27.489.419)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS Unidade  
Hospital Geral do Grajaú**

**Demonstrações dos fluxos de caixa  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

(Valores expressos em reais - R\$)

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015 (Reapresentado)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Das operações sociais:		
Déficit do exercício	(6.644.827)	(715.032)
<b>Ajustes para conciliar o resultado do exercício pelas atividades operacionais</b>		
Provisão para demandas judiciais (líquido das reversões e pagamentos)	27.471	(426.132)
Impostos e taxas	1.893.884	-
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>		
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	(556.850)	(83.650)
Estoques	(306.255)	(241.611)
Créditos diversos	(82.353)	247.132
Depósitos judiciais	(194.974)	(557.267)
Fornecedores	(1.400.954)	4.330.516
Obrigações trabalhistas	353.458	(1.898.241)
Obrigações tributárias	705.275	79.117
Outras contas a pagar	1.790.399	40.420
Projetos a executar - contratos de gestão e convênios	471.657	(760.349)
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	(3.944.069)	14.903
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos de partes relacionadas	4.437.003	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	4.437.003	-
<b>Aumento de Recursos disponíveis de projetos - contratos de gestão e convênios</b>	492.934	14.903
No início do exercício	25.550	11.005
No final do exercício	518.484	25.550
<b>Aumento de Recursos disponíveis de projetos - contratos de gestão e convênios</b>	492.934	14.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **1. Contexto operacional**

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (“IRSSL”) é uma entidade constituída em 14 de abril de 2008, sem fins econômicos ou lucrativos, com sede à Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32.

Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública, podendo, assim, efetuar parcerias junto aos Órgãos Públicos Municipais e Estaduais.

### **Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse DI Dio do Grajaú) – “Instituto”**

Localizado na rua Francisco Octávio Pacca, no. 180, Grajaú. Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 001.0500.000.066/2011 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão a partir de 1º de janeiro de 2012, por 5 anos. Em 15 de dezembro de 2016, foi celebrado um novo contrato de gestão sob nº 001.0500.0000032/2016, que prevê a gestão a partir de 16 de dezembro de 2016 por 5 anos, com o montante global de repasse no valor de R\$ 701,6 milhões

O valor do repasse estimado para 2017 é de R\$ 140,3 milhões.

#### **1.1. Plano da Administração do Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse DI Dio do Grajaú)**

O Instituto incorreu em um déficit de R\$6.644.827 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentando patrimônio líquido negativo de R\$27.489.419 e passivo circulante excedente ao ativo circulante de R\$20.093.380. Embora o patrimônio líquido esteja negativo em 31 de dezembro de 2016, a Administração do Instituto entende que por ser mero gestor, não tem ingerência e responsabilidade objetiva pelo déficit, pois cabe ao Estado lhe repassar ou não as verbas acordadas. Há hipótese de o Instituto optar por rescindir os contratos e transferir os déficits ao Ente Público, não afetando a continuidade de suas operações.

A seguir apresentamos as principais informações relacionadas aos planos da Administração:

- (a) O contrato de gestão do Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú ou “Instituto”) com a Secretaria de Estado da Saúde – SES, teve seu valor revisto para o exercício de 2016, através do T.A. 01/2017, passando de R\$11,1 milhões para R\$11,7 milhões mensais;
- (b) Com a Obtenção do CEBAS (Nota Explicativa nº 29) em setembro de 2015 referente isenção Previdenciária da Unidade na ordem de R\$16,5 milhões mensais (visando o equilíbrio orçamentário).

Outras providências adotadas no Hospital Geral do Grajaú, onde, em conjunto com a equipe do hospital, estão sendo revistos contratos, a extinção de alguns cargos/funções, bem como a revisão dos benefícios sociais aos trabalhadores. Adicionalmente, estuda-se a realização de processos de compras centralizados dos itens de consumo com maior relevância, para que haja aquisição em maior escala e, como consequência, negociações vantajosas junto aos fornecedores.

Quanto às provisões para cobertura de prováveis perdas em processos cíveis e trabalhistas, decorrentes do antigo gestor do Hospital Geral do Grajaú, no montante de R\$6.313.216 em 31 de dezembro de 2016 (R\$6.285.745 em 2015), existe um acordo tácito com a SES de que os processos transitados em julgado, com seus valores conhecidos, serão cobertos pela Secretaria, através de termo aditivo financeiro ao Instituto, não onerando o fluxo de recursos financeiros definido para o exercício.

Concomitantemente com estas ações, o Instituto tem aprofundado o conjunto de medidas, com vistas a sanar os déficits financeiros, conforme segue: negociação, junto aos fornecedores, das dívidas, com parcelamento dos valores, sem inclusão de encargos e alteração do prazo de pagamento dos novos fornecimentos de insumos para 90 dias após a entrega dos materiais.

A Administração do Instituto acredita que os planos acima mencionados trarão os benefícios esperados na equalização das obrigações de curto prazo e garantirão a continuidade das operações da entidade.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas**

### **2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

As presentes demonstrações contábeis incluem dados não contábeis e dados contábeis, como operacionais e financeiros. Os dados não contábeis não foram objetos de auditoria e/ou outros procedimentos por parte do auditor independente.

A emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que evidenciam todas as informações relevantes próprias das mesmas, foram aprovadas pela Gerência Financeira e pela Gerência Executiva do Instituto em 3 de abril de 2017, que correspondem às informações utilizadas pelos respectivos órgãos na sua gestão.

**Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

**Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, a provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 15) e a mensuração de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 26).

**2.2. Base de preparação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir.

**3. Principais práticas contábeis**

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir.

**Caixa e equivalentes de caixa**

Inclui caixa e saldos positivos em conta movimento.

Os recursos financeiros que o Instituto possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

**Recursos vinculados a projetos**

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

**Estoques**

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

**Obrigações trabalhistas**

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

**Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

### **Provisão para demandas judiciais**

O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **Apuração do resultado do exercício**

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos governos geralmente no início do mês seguinte à competência.

### **Receitas com trabalhos voluntários**

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações contábeis.

### **Instrumentos financeiros**

#### **Ativos financeiros não derivativos**

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

#### **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outros créditos.

### **Passivos financeiros não derivativos**

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e contratos de gestão e convênios.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

### **4. Reapresentação da demonstração dos resultados de 31 de dezembro de 2015**

Para fins de comparabilidade, a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está sendo reapresentada para atendimento à alteração ocorrida na ITG 2002 (R1) item 9B, que estabelece que as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado. Dessa forma, não devem ser reconhecidas as Receitas de Isenção de INSS e o respectivo Custos de Encargos de Previdência Social, as quais não interferem no resultado operacional da unidade. A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, essas informações estão evidenciadas na Nota Explicativa nº 28.

### **5. Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios**

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	137	1.065
Aplicações financeiras	518.347	24.485
	<b>518.484</b>	<b>25.550</b>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se principalmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 81% a 100% do CDI.

### **6. Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios**

	31/12/2016	31/12/2015
Recursos a receber de projetos – Hospital Geral do Grajaú	11.693.850	11.137.000
	<b>11.693.850</b>	<b>11.137.000</b>



Referem-se às parcelas a receber de repasses para custeio e investimento, recebidas em janeiro do exercício seguinte. O Instituto mantém contratos de com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, respectivamente (vide Nota Explicativa nº 1.1).

<b>7. Estoques</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Medicamentos, materiais médicos-cirúrgicos e enfermagem	1.157.613	798.126
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	246.169	299.401
	<b>1.403.782</b>	<b>1.097.527</b>

<b>8. Créditos diversos</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Adiantamentos à funcionários	321.466	216.878
Outros créditos	8.914	31.149
	<b>330.380</b>	<b>248.027</b>

<b>9. Depósitos judiciais</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Depósitos judiciais	811.061	616.087
	<b>811.061</b>	<b>616.087</b>

<b>10. Fornecedores</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Nacionais	13.230.332	14.631.286
	<b>13.230.332</b>	<b>14.631.286</b>

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Vencidos	5.606.098	6.536.694
A vencer até 30 dias	5.208.867	4.746.601
A vencer de 31 a 180 dias	2.415.367	3.347.991
	<b>13.230.332</b>	<b>14.631.286</b>

Quanto aos fornecedores vencidos e não pagos, o Instituto passou a negociar junto aos credores no sentido de estabelecer um fluxo de pagamento parcelado da dívida, sem nenhuma inclusão de multas, juros e quaisquer outras taxas. O Instituto tem obtido êxito nestas negociações, escalonando o pagamento de suas obrigações, sendo que os parcelamentos propostos vêm sendo rigorosamente cumpridos.

<b>11. Obrigações trabalhistas</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Salários e ordenados a pagar	3.265.220	3.272.811
Contribuições e encargos sociais	2.019.523	2.204.288
Provisão para férias e encargos sobre férias	7.601.909	7.056.095
	<b>12.886.652</b>	<b>12.533.194</b>

**12. Obrigações tributárias**

	31/12/2016	31/12/2015
IRRF	30.204	27.925
INSS pessoa física	3.313	29.542
ISS	11.348	12.820
PIS/COFINS/CSLL	150.641	146.605
INSS pessoa jurídica	72.603	55.210
IRRF autônomo	1.987	20.646
Impostos e taxas municipais parceladas (*)	2.621.811	-
	<b>2.891.907</b>	<b>292.748</b>
<hr/>		
Circulante	998.023	-
Não circulante (*)	1.893.884	-

Refere-se à 41 parcelas de R\$46.214 cada por débitos de Taxas de Lixo (TRSS), dos períodos de 2011 a 2015 (em 2016 foram pagas 7 parcelas pelo Instituto).

**13. Contratos de gestão e convênios**

	31/12/2016	31/12/2015
Repasses para investimento e custeio	497.974	26.317
	<b>497.974</b>	<b>26.317</b>

O Instituto mantém contratos de gestão com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio Secretaria de Estado da Saúde, respectivamente (vide Nota Explicativa nº 1.1).

**14. Partes relacionadas**

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>		
Hospital Municipal Infantil Menino Jesus	358	358
	<b>358</b>	<b>358</b>
<hr/>		
<b>Passivo</b>		
Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sirio Libanês	4.437.003	-
Instituto de Responsabilidade Sirio Libanês – matriz	8.669	8.669
Ambulatório Médico de Especialidades Interlagos	141.821	141.821
Unidade de Reabilitação Lucy Montoro	2.500	2.500
	<b>4.589.993</b>	<b>152.990</b>

Empréstimo realizado pela Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sirio Libanês para ajuda financeira à unidade, a ser devolvido de forma parcelada no decorrer do ano de 2017.

**15. Provisão para demandas judiciais**

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para demandas judiciais	6.313.216	6.285.745
	<b>6.313.216</b>	<b>6.285.745</b>

O Instituto é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas.

A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

	31/12/2014	Adições	Reversão	Pagamentos	31/12/2015
Trabalhistas	1.497.888	2.500.220	(1.922.186)	-	2.075.922
Cíveis	5.213.989	1.285.946	(2.290.112)	-	4.209.823
	<b>6.711.877</b>	<b>3.786.166</b>	<b>(4.212.298)</b>	-	<b>6.285.745</b>

	31/12/2015	Adições	Reversão	Pagamentos	31/12/2016
Trabalhistas	2.075.922	1.195.170	(1.488.174)	(305.293)	1.477.625
Cíveis	4.209.823	970.415	(344.647)	-	4.835.591
	<b>6.285.745</b>	<b>2.165.585</b>	<b>(1.832.821)</b>	<b>(305.293)</b>	<b>6.313.216</b>

O Instituto está envolvido em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações, classificados por seus consultores legais com risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os montantes destes processos, em 31 de dezembro de 2016 são: trabalhistas R\$1.116.289 (R\$6.181.796 em 2015) e cíveis R\$35.617.389 (R\$24.712.666 em 2015). Os principais temas trabalhistas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados. Os processos relacionados à natureza cível têm como principais discussões erros médicos, de diagnósticos, entre outros.

#### 16. Patrimônio líquido

Conforme Estatuto Social da Instituição, deverá ser aplicado integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, superávits e déficits dos exercícios são integralmente incorporados ao patrimônio líquido.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão.

Evolução do Patrimônio líquido

	31/12/2016	31/12/2015
AME HGG	(27.489.419)	(20.844.592)
	<b>(27.489.419)</b>	<b>(20.844.592)</b>

#### 17. Receitas dos contratos de gestão - convênio estadual

	31/12/2016	31/12/2015
Contrato Gestão Hospital Geral do Grajaú	134.200.850	137.223.850
	<b>134.200.850</b>	<b>137.223.850</b>

#### 18. Receitas repasse sem restrição Matriz

	31/12/2016	31/12/2015
Repasse Matriz	266.890	-
	<b>266.890</b>	-

A Matriz (Administração do Instituto de Responsabilidade Social Sirio Libanês) tem realizado várias ações para arrecadar recursos para ajudar financeiramente as unidades, além das verbas provenientes dos Contratos de Gestão. No decorrer de 2016 fez repasses para custear as despesas de folha de pagamento e 13º. salário.

### 19. Receitas com doações de materiais

	31/12/2016	31/12/2015
Hospital Geral do Grajaú	534.270	347.015
	<b>534.270</b>	<b>347.015</b>

As Receitas com doações de materiais se referem à medicamentos e Kits distribuídos pelo Estado (Kit mãe Paulista).

### 20. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal e encargos	(73.240.682)	(79.818.319)
Medicamentos e materiais de uso - paciente	(15.016.103)	(14.376.043)
Materiais de consumo diversos	(6.593.022)	(6.548.730)
Lavadeira e rouparia	(2.935.528)	(2.870.125)
Segurança e vigilância	(1.838.845)	(1.678.829)
Higiene e limpeza	(3.167.196)	(2.695.431)
Serviços médicos	(27.841.030)	(24.555.261)
	<b>(130.632.406)</b>	<b>(132.542.738)</b>

### 21. Utilidade pública

	31/12/2016	31/12/2015
Água	(1.200.250)	(1.006.212)
Energia elétrica	(1.417.651)	(1.455.208)
Gás natural	(281.661)	(207.125)
Combustíveis e lubrificantes	(22.415)	(23.405)
Telecomunicações	(180.480)	(191.606)
	<b>(3.102.457)</b>	<b>(2.883.556)</b>

### 22. Serviços profissionais

	31/12/2016	31/12/2015
Honorários advocatícios	(118.096)	(89.993)
Consultoria e assessoria	(474.553)	(388.737)
Suporte em infraestrutura de TI	(456.409)	(278.386)
Manutenção e conservação	(704.673)	(459.127)
Auditoria	(36.800)	(10.500)
Serviços diversos - pessoas jurídica	(2.320.235)	(2.963.587)
	<b>(4.110.766)</b>	<b>(4.190.330)</b>

**23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	31/12/2016	31/12/2015
Locação de equipamento	(973.931)	(665.549)
Arquivos e guardas de documentos	(107.587)	(87.818)
Uniformes / E.P.I.	-	(2.341)
Despesas legais / fiscais/ parafiscais	(504.413)	(71.345)
Impostos e taxas	(1.832.233)	-
Outras receitas (despesas)	(266.958)	(9.964)
	<b>(3.685.122)</b>	<b>(837.017)</b>

**24. Despesas financeiras**

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	(17.659)	(13.247)
Taxas e custas	-	(332)
Imposto sobre operações financeiras	(108.872)	(111.493)
Juros incorridos	(35.433)	(33.012)
Multas	(2)	(64)
Juros e multas sobre parcelamento	(1.113.505)	-
Outras despesas financeiras	(37.803)	(31.710)
	<b>(1.313.274)</b>	<b>(189.858)</b>

**25. Receitas financeiras**

	31/12/2016	31/12/2015
Descontos obtidos	354.565	7.964
Receita de aplicações financeiras	194.140	170.566
	<b>548.705</b>	<b>178.530</b>

**26. Instrumentos financeiros**

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016 e de 2015), o Instituto está sujeito aos fatores de:

**Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para fins de garantir sua liquidez, principalmente com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, para buscar a equalização das obrigações assumidas na gestão do Hospital.

**Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco do Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

**Classificações contábeis e valores justos****Valor justo contra valor contábil**

O Instituto entende que o valor justo dos ativos e passivos financeiros são equivalentes os valores contábeis abaixo apresentados:

31 de dezembro 2016	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	5	518.484	-	-	518.484	518.484
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	-	11.693.850	-	11.693.850	11.693.850
Outros ativos	8 e 9	1.141.799	-	-	1.141.799	1.141.799
Fornecedores	10	-	-	(13.230.332)	(13.230.332)	(13.230.332)
Obrigações trabalhistas	11	-	-	(12.886.652)	(12.886.652)	(12.886.652)
Outras obrigações (incluindo outras contas a pagar)	12 a 14	-	-	(9.817.134)	(9.817.134)	(9.817.134)
		<u>1.660.283</u>	<u>11.693.850</u>	<u>(35.934.118)</u>	<u>(22.579.985)</u>	<u>(22.579.985)</u>

31 de dezembro 2015	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	5	25.550	-	-	25.550	25.550
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	-	11.137.000	-	11.137.000	11.137.000
Outros ativos	8 e 9	864.472	-	-	864.472	864.472
Fornecedores	10	-	-	(14.631.286)	(14.631.286)	(14.631.286)
Obrigações trabalhistas	11	-	-	(12.533.194)	(12.533.194)	(12.533.194)
Outras obrigações (incluindo outras contas a pagar)	12 a 14	-	-	(518.916)	(518.916)	(518.916)
		<u>890.022</u>	<u>11.137.000</u>	<u>(27.683.396)</u>	<u>(15.656.374)</u>	<u>(15.656.374)</u>

**27. Outras transações com partes relacionadas**

O Instituto não possui transações entre partes relacionadas além daquelas divulgadas nestas demonstrações contábeis e os membros do Conselho de Administração deliberativo não são remunerados.

## 28. Tributos e contribuições

### Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, o Instituto goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.

### PIS

O Instituto está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculado sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97.

### COFINS

O Instituto é isento do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

### Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto 2016 aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, o Instituto apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2016 e de 2015. Estão detalhados os impostos e contribuições com seus respectivos percentuais apurados, ressaltando que se tratam de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo)  
Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL 34%).

Com base no estudo baseado nas estimativas anteriores, os montantes das principais renúncias fiscais apuradas são:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Incidentes sobre a receita</b>		
<b>Receita, depois dos descontos</b>	<b>134.200.850</b>	<b>137.223.850</b>
ISS 5%	6.710.043	6.861.193
PIS 0,65%	872.306	891.955
COFINS 3,0%	4.026.026	4.116.716
	<b>11.608.374</b>	<b>11.869.863</b>
<b>Incidentes sobre o Superávit</b>		
Déficit do exercício	(6.644.827)	(715.032)
IRPJ e CSLL 34%	-	-
<b>Total</b>	<b>11.608.374</b>	<b>11.869.863</b>

**29. Isenção de INSS cota patronal**

Em 18 de setembro de 2015 o Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês obteve o deferimento do seu pedido da certidão do CEBAS, segundo o qual, a partir da publicação em Diário Oficial, iniciou-se o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,8%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,96%. Essa isenção tem validade de 3 anos a contar da data da publicação (ocorrida em 21 de setembro de 2015).

A seguir evidenciamos memória de cálculo da isenção de INSS cota patronal:

	31/12/2016	31/12/2015
Ordenados e salários	59.240.357	17.869.679
Isenção de INSS (27,96%)	16.563.604	4.996.362

\* \* \*